

RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA, ESCOLA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REFLEXÃO SOBRE O FENÔMENO RELIGIOSO, AFRO-BRASILEIRO, NO ESPAÇO ESCOLAR

Márcio de Oliveira

RESUMO

150

O laborioso trabalho de fim de curso, faz uma reflexão sobre o fenômeno religioso, afro-brasileiro, no espaço escolar. Este, busca entender, os vários porquês do silêncio, preconceitos, racismos e discriminações por parte do corpo docente, discente e sociedade escolar, com relação às religiosidade afro-brasileira e africana. Para entendermos estes porquês, rastreamos na história as várias ideologias e teorias - ideologias católicas, neopentecostais, teoria do embranquecimento e da democracia racial – que funcionaram como um pano negro na visão da sociedade brasileira, tirando – a o discernimento no trato de temas que tenham o norte principal a história e cultura africana, e depois de transferidos para o Brasil na diáspora, a história e cultura reelaborada pelos negros em nosso território, não deixando de focar o ponto gerador desta trabalho que é a religião e religiosidade afro-brasileira e africana. Tentamos depreender o porquê do silêncio e os vários tipos de racismos, preconceitos e discriminações, ou seja, maculas sociais, ainda perduram em ambiente escolar mesmo sendo promulgadas várias políticas públicas que reparam as perdas históricas dos afrodescendentes – PCN, lei 10639/2003. Por fim discutimos, depois de implementadas as políticas públicas em questão, como trabalhar as temáticas religião e religiosidade afro-brasileira e africana dentro do espaço escolar e, porque não, no interior da sala de aula.

Palavras Chaves: religiosidade afro-brasileira e africana, políticas públicas, escola, maculas sociais

1 - INTRODUÇÃO:

Tenho como formação universitária a ciência História. Dentro do nicho de estudos desta disciplina, me interessava por questões relacionadas a escravidão colonial e imperial. Tinha um objetivo claro de seguir pesquisando estas temáticas. Mas, em uma aula de Brasil colonial, ministrada para à turma de 7º ano, fui apresentado, por um discente, ao livro do Bispo Edir Macedo; Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios? A leitura deste livro abriu-me um novo horizonte acadêmico. Então, resolvi dedicar meus estudos a questões africanistas e étnico-raciais.

Passagens do livro como estas:

No candomblé, Oxum, Iemanjá, Ogum e outros demônios são verdadeiros deuses a quem o adepto oferece trabalhos de sangue, para agradar quando alguma coisa não está indo bem ou quando deseja receber algo especial”.

“Os exus, os pretos-velhos, os espíritos de crianças, os caboclos ou os "santos" são espíritos malignos sem corpo, ansiando por achar um meio para se expressarem neste mundo, não podendo fazê-lo antes de possuírem um corpo. Por isso, procuram o corpo humano, dada a perfeição de funcionamento dos seus sentidos (Macedo – 2004, pags 15 e 16).

me fizeram entrar em contato com a cultura afro-brasileira, e também, com uma ideologia que demoniza características desta cultura, principalmente, a religiosidade. Neste caso específico, o discente me fez a seguinte pergunta! Professor é verdade que Iemanjá é um demônio? Fiquei perplexo sem saber o que responder. A partir de então procurei buscar informações sobre as várias religiões africanas e afro-brasileiras que se formaram no Brasil. Descobri um mundo encantador e peculiar, e que não era o retrato estampado por Edir Macedo em seu livro.

Num outro momento como professor, novamente discutindo questões relacionadas a escravidão e às consequências desta fase histórica para o negro atual, sendo que agora os alunos eram do 8º ano do ensino fundamental, pude usar como exemplo, o autor, e o livro citado no parágrafo acima. Estávamos refletindo temas relacionados a racismos, preconceitos, discriminações direcionadas a cultura africana e afro-brasileira. Não usei nome de nenhuma instituição religiosa, só trabalhei o autor e o conteúdo bibliográfico. Um fato me deixou preocupado, e ao mesmo tempo, possibilitou produzir uma série de questionamentos com relação ao papel da escola e aos estudos religiosos em seu ambiente. No dia seguinte da aula ministrada, um pai de aluno procurou a direção da escola dizendo que o professor ofendeu o pastor e a religião dele, no caso, a instituição era a Igreja Universal do Reino de Deus, e que iria levar o problema para o Conselho Tutelar. Com conversa e entendimento resolvemos o embrolho. Mas o que ficou de mais importante do fato, foi a palavra final da minha supervisora. Ela disse: “Para seu bem, não toque em questões religiosas na sala de aula!”

Algum tempo depois, com um aprofundamento maior nas questões religiosas, questões religiosas afro-brasileiras, raciocinando em cima desse dizer, pude elencar questionamentos que me deixavam inquieto, eufórico e até mesmo preocupado. Através destes questionamentos tentaremos fazer uma reflexão mais rigorosa sobre o fenômeno religioso, afro-brasileiro, no espaço escolar. Por que silenciar-se com relação a religião afro-brasileira e africana na escola? Por que, apesar de várias políticas públicas, ainda, não se fala abertamente sobre a questão religiosa negra na sala de aula? Por que o receio, ou até mesmo, o medo de se tratar tais temáticas em ambiente escolar? Mais ainda, como estruturou-se este medo? Estas interrogações, estas inquietudes, que foram surgindo durante minha vida profissional e acadêmica, que tiveram o serne no comentário desta supervisora, serão as ferramentas básicas para dar início às nossas reflexões, dentro deste trabalho final de curso.

O laborioso trabalho de conclusão de curso, visa fazer uma reflexão sobre o fenômeno religioso, afro-brasileiro, no espaço escolar, buscando entender, porque, apesar de várias políticas públicas educacionais, como os (PCNs), a lei 10639/2003, silêncios, preconceitos, racismos e discriminações, perduram em nosso ambiente escolar.

Dentro do enfoque, foi possível construir algumas questões que nortearam o presente escrito. Questões estas, que surgiram, durante minha experiência profissional, lidando com temas relativos a religiosidade afro-brasileira e relações étnico-racial. As dificuldades de trabalhar com religiões africanas e afro-brasileiras na sala de aula, apesar, de todo um aparato de políticas públicas educacionais, voltadas para uma pluralidade étnica e de reparação das perdas sociais-culturais afrodescendentes, somadas há um medo do corpo docente, discente e sociedade escolar em geral, são notórias. Dificuldades, medos, que a *posteriore* podem gerar preconceitos, racismos e discriminações, legitimando uma reflexão deste contexto em nossos espaços escolares.

Buscamos vários autores que formam a espinha dorsal do estudo em questão. Vagner Gonçalves da Silva, Ricardo Mariano e Alfredo dos Santos Oliva, nos mostraram a influência religiosa cristã ocidental, na formação de uma mentalidade que demoniza toda uma cosmovisão religiosa afro-brasileira. Idalina Maria Amaral de Oliveira, nos ofereceu um panorama de como foram implementadas as teorias do branqueamento da sociedade brasileira de início do século XX. Eliane Cavalleiro nos

ofereceu conhecimentos sobre a ideologia da Democracia racial, que muito contribuiu para um silêncio social com relação ao negro no Brasil. Trabalhando com a temática Religiosidade afro-brasileira e escola, amparamos nos conhecimentos de Daniel Sampaio, Nelson Fernando Inocêncio da Silva, Henrique Cunha Junior, Robert Daibert Júnior, não esquecendo, os documentos governamentais, cruciais para o sucesso do trabalho. Por fim, não podíamos deixar de destacar o livro do Bispo Edir Macedo: Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios? Que introduziu o autor, no mundo da religiosidade afro-brasileira e africana.

2 – IDEOLOGIAS, RELIGIOSIDADE CRISTÃ E RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA:

Para entendermos melhor como este silêncio ancorou em nossas escolas, uma contextualização histórica à visão de outras religiosidades à religiosidade afro-brasileira faz – se necessário, incluindo, ideologias que contribuíram para a falta de discernimento sobre todo aparato cultural forjado pelo povo de África em seu continente e reestruturado aqui em nosso território. Não vamos nos aprofundar muito nas questões estruturais de prosélitos, vilipêndios e embates religiosos, mas somente, como a grande maioria das religiões brasileiras (Cristãs) lidavam e lidam, olhavam e olham, à secular religiosidade afro-brasileira.

A formação da identidade brasileira teve como agente estrutural a etnia negra, juntamente com a indígena e a europeia. Os povos negros, que durante muito tempo, foram subestimados e largados a morte em navios negreiros e senzalas, deixou para a posteridade uma miríade de contribuições culturais, que hoje, são imprescindíveis à construção do ser brasileiro. Legado na: culinária, linguagem, música, dança, teatro, folclore etc. Se a cultura negra é tão importante para a formação do sujeito histórico brasileiro, por que o silêncio abissal relacionado ao legado étnico?

Para começarmos a responder esta questão bebemos do saber de Vagner Gonçalves da Silva. A religiosidade afro-brasileira, foi, e ainda é taxada, nas suas várias ramificações, como religiões diabólicas, isto muito influenciado pelo controle cultural exercido pela Igreja Católica durante quatro séculos (1500 a 1889), período equivalente às fases históricas, Brasil Colonial e Império. Vagner Gonçalves da Silva,

relata como era o olhar eclesiástico com relação as religiões de tradição africana nestes momentos históricos.

As religiões africanas caracterizavam como ainda hoje, pela crença em deuses que incorporam em seus filhos. São também religiões baseadas na magia. O sacerdote ao manipular objetos como pedras, ervas, amuletos etc., e fazer sacrifícios de animais, rezas e invocações secretas, acredita poder entrar em contato com os deuses, conhecer o futuro, curar doenças, melhorar a sorte e transformar o destino das pessoas. Por estes princípios a magia africana era vista como pratica diabólica pelas autoridades eclesiásticas, como já havia ocorrido com as indígenas (Silva – 2000, pag. 35).

Outro teórico que lança seu olhar para o período colonial e imperial, buscando entender a situação do povo negro e toda a construção mental de sua cultura é Riolando Azzi. Este, em seu livro *Cristandade Colonial: Mito e Ideologia*, retrata que a nível popular a escravidão negra era fundamentada na doutrina da maldição divina, surgindo assim, três interpretações diversas, mas convergentes, de explicação da escravatura negra (Azzi – 1987, pag. 80).

A primeira delas afirma que a escravidão era consequência do pecado de Adão, e da maldição divina imposta ao homem de trabalhar a terra com suor do rosto. O trabalho escravo evidencia na sociedade a força desta maldição.

A segunda versão considera os africanos como descendentes de Caim e, portanto, traziam ainda na carne a maldição divina ao primeiro homicida da humanidade. Segundo a narração bíblica, ao amaldiçoar Caim, Deus lhe colocou um signo na carne para que não fosse morto, mas vivesse constantemente expiando seu crime. Na tradição popular os negros eram considerados como a raça maldita de Caim, sendo a negritude da sua pele o sinal imposto pelo próprio Deus.

De acordo com a terceira interpretação, os africanos eram descendentes de Cam, o filho de Noé, amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua nudez, quando jazia embriagado após provar o fruto da videira (Azzi – 1987, pag. 80).

Com base nos relatos de Azzi, podemos constatar que foi construído um aparato ideológico que amaldiçoava biblicamente os negros, legitimando a escravidão, não ficando de fora, claro, toda uma mentalidade cultural, trazida por eles de África, e reconstituída em território brasileiro. A religiosidade, a religião, com certeza, não foram excluídas desta construção, se tornando no senso comum, uma religiosidade, uma religião maculada, negativa, ou até mesmo diabólica. Como a fé católica controlava as instituições políticas, sociais e culturais da fase colonial e imperial, através da padroado¹, quem não corroborava com a cristandade², obra divina de Cristo (Azzi – 1987, pag. 94), poderia sofrer sérias sanções por parte do governo posto de Portugal. Assim, os amaldiçoados Batuques, os Calundus, sofriam rotineiramente visitas dos senhores de escravos, representantes da cristandade colonial e do governo vigente, por acreditarem que estavam produzindo interações com entidades demoníacas.

Não nos atendo muito a questões históricas, no tempo republicano, o que mais tem contribuído para uma demonização das celebrações religiosas afro-brasileiras, são os proselitismos e discurso aflorados de pastores neopentecostais, como podemos perceber no artigo de Vagner Goncalves Silva.

Os ataques feitos no âmbito das práticas rituais das igrejas neopentecostais e de seus meios de divulgação e proselitismos tem como ponto de partida uma teologia assentada na ideia de que a causa de grande parte dos males deste mundo pode ser atribuída ao demônio, que geralmente é associado aos deuses de outras denominações religiosas... O panteão afro-brasileiro é especialmente alvo deste ataque, sobretudo a linha ou categoria de Exu (Silva – 2004, pag. 193).

¹ É a designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos). http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm

² Qualidade do que é cristão. Conjunto dos povos cristãos. www.dicionarioweb.com.br/cristandade/

Ricardo Mariano em seu livro: Neopentecostais sociologia do novo pentecostalismo no Brasil, vai nos propor uma verdadeira guerra santa contra o Diabo. Este embate se dará no modificado campo religioso brasileiro, onde a aquisição de fiéis se torna o norte de determinadas instituições religiosas. O problema é que, esta aquisição se dá com ataques vilipendiosos e proselitistas à outras instituições. Os principais atingidos por estes ataques são cultos afro-brasileiros, que têm seu panteão transformado em entidades diabólicas.

A guerra travada dia a dia contra a Umbanda, o Candomblé, e o Kardecismo torna seus elementos parte integrante da própria identidade da Universal, a mais combativa das igrejas neopentecostais, e da Internacional da Graça. Essa identidade se estrutura na relação com o outro, seja ela pacífica ou não. Sem o Diabo, sem o inimigo incessantemente expulso, humilhado, combatido, vilipendiado, Universal e Internacional da Graça quem são nem presumem ser. Precisam estar combatendo e vencendo o inimigo forte e poderoso para atestar seu próprio poderio espiritual. Enfim, sem o Diabo e seus asseclas, não teriam com justificar, diagnosticar e sanar os males que acometem seus fiéis, nem como afirmar sua própria existência ou sua natureza divina (Mariano – 2012, págs. 136 e 137)

Alfredo dos Santos Oliva, discorrendo sobre o Diabo na contemporaneidade em seu livro: A história do Diabo no Brasil, nos demonstra como algumas religiões neopentecostais para sobressair dentro do campo religioso brasileiro utiliza certos mecanismos de desconstrução do *status* religioso de outras instituições religiosas, tornando – as a caracterização do próprio mal sobre a Terra. Alfredo dos Santos Oliva expõe este trecho para nós:

Um exemplo muito claro é que Orixás do Candomblé e da Umbanda serão identificados pela I.U.R.D como demônios. Paulo Bonfati, parece estar de acordo com esta visão quando afirma que a grande maioria de membros da igreja do Bispo Edir Macedo crê na existência

de religiões demoníacas, além do que “essa maioria identifica como religiões demoníacas as afro-brasileiras. (Oliva – 2007, pag. 93)

Podemos discernir, nos trechos acima, uma vertente religiosa que surge no Brasil Colonial e Imperial, com a influência prima da Igreja Católica, e que ganha força no século XX com as igrejas neopentecostais. Tal vertente, baseada em relatos bíblicos, vai demonizar toda uma construção religiosa que não se inclui nos parâmetros religiosos cristãos ocidentais. No livro *Orixás Caboclos e Guias: Deuses ou demônios?* isto fica bem nítido.

“Querem que todas as pessoas conheçam a verdade acerca dessa falsidade chamada espiritismo, com os seus diversos rótulos. Você, amigo leitor, também pode deixar isso de lado e se tornar uma nova criatura. A Bíblia condena todas as práticas da umbanda, do candomblé e do espiritismo de um modo geral. Tanto no Antigo Testamento quanto no Novo, encontramos versículos bíblicos, mostrando a desaprovação de Deus a essas práticas enganosas e diabólicas:

Com deuses estranhos o provocaram a zelos, com abominações o irritaram. Sacrifícios ofereceram aos demônios, não a Deus; a deuses que não conheceram, novos deuses que vieram há pouco, dos quais não se estremeceram seus pais. Olvidaste a Rocha que te gerou; e te esqueceste do Deus que te deu o ser. Deuteronômio 32.16 -18

Estes sinais hão de acompanhar aqueles que crêem: em meu nome, expelirão demônios... Marcos 16.17” (Macedo – 2004, pag. 18)

Com esforço cognitivo podemos atentar que durante os quatro séculos em que as igrejas cristãs dominaram, e ainda dominam, as mentes da sociedade brasileira, foi construída uma mentalidade religiosa que prega a demonização das religiões africanas e afro-brasileiras. Uma possibilidade de resposta sobre a questão do silêncio com relação ao legado étnico negro, e também, o silêncio de autoridades educacionais, professores e alunos sobre a questão religiosidade afro-brasileira e

africana na escola, pode ser, está forte influência religiosa cristã ocidental em nossas instituições escolares, que impossibilita, estudos e debates diretamente ligados a temas africanistas e afro-brasileiros, causando como consequência, o desconhecimento e futuros preconceitos, racismos e discriminações.

2.1 – TEORIA DO BRANQUEAMENTO:

158

A escravidão negra no Brasil, perpassou por quase três séculos e meio, começando em meados do século XVI e tendo seu fim, com a tão aclamada lei Aurea em 1888. Os negros finalmente foram libertos, entretanto, o governo brasileiro não produziu políticas públicas que pudessem servir de suporte para esta parte da sociedade, que sem este amparo governamental, foi excluída a guetos, morros, cortiços e regiões de subúrbios, em várias partes do nosso território. A exclusão geográfica não foi a única, existiram e existem, exclusão educacional, social, econômica, política e étnica.

A exclusão étnica vai ser engendrada através da teoria ou ideologia do branqueamento da sociedade brasileira. Esta, terá seu cerne, motivada por postulações europeias do século XIX, que pregam uma superioridade biológica, evolutiva e progressista da etnia branca, com relação às demais, teorias muito influenciadas pelo Darwinismo e pelo Positivismo, causando posteriormente, o surgimento do racismo científico.

O racismo científico teve sua época áurea entre 1870 a 1930, ele procurava explicar biologicamente as características dos homens. Era considerado científico porque foi produzido pela antropologia e pela sociologia, pelas ciências do século XIX. (Oliveira – 2008, pag. 7)

Idalina Maria Amaral de Oliveira nos esclarece qual o reflexo desta teoria na personalidade do negro em início do século XX.

A ideologia do branqueamento no início do século XX, contribuiu para desenvolver, no branco, um complexo de superioridade e, no negro,

em contraposição, um complexo de inferioridade. Estabelecendo, um círculo vicioso: quanto mais fundos os traumas do racismo, mais o negro adaptava seu comportamento e atitudes de acordo com a ideologia do branqueamento, quanto maiores os ataques racistas, mais profundos eram os traumas. (Oliveira – 2008, pag. 11).

A pesquisadora nos dá uma luz de como o negro psicologicamente se encontra em início do século XX. Com uma baixa autoestima, se sentido inferior socialmente aos brancos, tendo que se enquadrar e introjetar uma outra cultura para ser aceito, forçado a esquecer um passado que foi construído no continente africano e no território brasileiro por mais de 300 anos. Um exemplo desta adaptação ao ideal de branqueamento foi o surgimento da religião Umbanda em início do século passado.

Neste momento histórico do Brasil, fim do Império, início da República, os negros eram visualizados por grande parte da sociedade e por catedráticos, como seres inferiores, como uma etnia inferior, sendo estes, um empecilho para construção de um ideal de nação adequado ao pensamento da elite do país. A miscigenação foi a saída encontrada por muitos teóricos para enquadrar o Brasil ao pensamento civilizador empreendido em fins do século XIX e início do século XX no nosso território, como nos informa Oliveira.

A miscigenação aparece como uma única saída para resolver o grande “dilema” que se impõe: como construir um projeto de nação respeitável num país onde a maioria da população está condenada ao atraso, conforme as teorias científicas raciais? A ordem, portanto, era injetar o “sangue branco” e cada vez mais branquear a população. (Oliveira – 2008, pag. 7 e 8)

Como esta ideologia ou teoria influenciou e influencia no não falar sobre religiosidade afro-brasileira e africana em nossos ambientes escolares? Como ela contribuiu e contribui para o racismo, preconceitos e discriminações em nossas

escolas? Como ela contribuiu e contribui com o medo? As práticas do branqueamento ainda estão em curso no Brasil, de uma forma menos perspicaz, isto devido aos movimentos negros, organizações políticas que pregam uma igualdade social e organizações não governamentais que trabalham com temáticas relativas a uma conscientização da população negra. Mas apesar de todas estas mobilizações, é perceptível em nossa sociedade uma exclusão de considerável parcela da população negra. O branqueamento afetou o psicológico negro, fazendo com que este, negasse ou mitigasse tudo que era oriundo de África, ou construído em nosso território com influência africana. A sequentes gerações internalizaram estas práticas e levaram para o futuro consigo estereótipos, vivências, cosmovisões, e utopias mitigadas pelo branqueamento, uma auto negação do ser negro, auto negação ontológica negra. Como falar ou tocar, no espaço escolar, em assuntos religiosos afro-brasileiro e africanos para sujeitos que negam sua essência?

2.2 – DEMOCRACIA RACIAL E ESCOLA:

Um outro fator histórico que influenciou a sociedade brasileira no século XX, e ainda influencia muito a sociedade atual, atrelada a questão do silêncio atribuído à religiosidade afro-brasileira em ambiente escolar, e de uma maneira geral, perpassa a todas as esferas públicas, foi a teoria da democracia racial. Esta teoria, segundo Eliane Cavalleiro, aparece,

Como elemento complicador da situação do negro. Esta ideologia embora se tenha fundamentado nos primórdios da colonização e tenha servido para proporcionar a toda sociedade brasileira o orgulho de ser vista no mundo inteiro como pacífica, persiste fortemente na atualidade, mantendo os conflitos étnicos fora do palco das discussões. Embora ainda exerça muita influência na sociedade, pouco contribui para melhorar concretamente a situação dos negros. Representa uma falácia que serve para encobrir as práticas racistas existentes no território nacional e isentar o grupo branco de uma reflexão sobre si mesmo (Cavalleiro – 2015, pag.28).

Eliane Cavalleiro, ainda discorrendo sobre a teoria da Democracia racial afirma:

Essa ideologia apropriada pelos cidadãos, produz um certo “alívio” eximindo-os de suas responsabilidades pelos problemas dos negros. Tragicamente, estes são, em diversas situações, culpabilizados por se encontrarem em situação precária, pois, supostamente, lhes faltam vontade e esforço próprio para alterar sua condição de vida. Essa forma de pensar sobre os indivíduos negros também é utilizada para justificar a exploração econômica a que estão submetidos, acarretando-lhes outras perdas no campo social e econômico: condições precárias de moradia, acesso restrito aos serviços de saúde e educação e o alto índice de desemprego (Cavalleiro – 2015, pag. 29).

Continuando Eliane Cavalleiro, usando citação do livro de (Hasenbalg, 1990, pág. 2).

Outra face perversa dessa ideologia configura-se na sua apropriação pelos próprio indivíduos negros que, em situação social, apreendem a visão que a sociedade construiu sobre eles, levando – os a reproduzir preconceitos e atitudes discriminatórias dirigidas ao seu próprio grupo étnico, o que também tendencialmente, lhes causa a própria autonegação (Cavalleiro – 2015, pag. 30).

Fazendo uma análise sobre o discurso de Eliane Cavalleiro, e seus pares, nestas citações, podemos ensejar, apresentar, algumas questões que são pertinentes ao nosso estudo sobre o fenômeno religioso afro-brasileiro no ambiente escolar, e às interrogações equivalentes ao silêncio que é empreendido ao legado étnico negro, e principalmente, a religiosidade afro-brasileira e africana neste espaço. A escritora, na primeira citação, relata que a democracia racial brasileira ... mantém os conflitos étnicos fora dos palcos das discussões... Isto nos permite concluir que este

pensamento tem grande percentagem de culpa, no falar pouco, ou no não falar, sobre tais temáticas na escola.

A escola, era para ser, um dos grandes palcos de discussões, como demonstra (Sampaio 1996).

A Escola tem de ser um local de diálogo onde os jovens possam participar de uma forma empenhada e alegre no seu projeto educativo. Deste modo deixaremos de formar jovens passivos, conformados e sem opinião, para formarmos jovens participativos, ativos, com iniciativa e criatividade, com autonomia, dinâmicos e críticos. (Sampaio – 1996)

Mas, a predominância de uma cultura cristã ocidental, acompanhada de um ideologia histórica que coloca em igualdade de condições: sociais, culturais, econômicas e educacionais, negros e brancos, sendo isto uma falácia, como demonstra a segunda citação retirada do livro da pensadora, torna a escola um local de transmissão do saber eurocêntrico e cristão ocidental, excluindo todo um aparato de mentalidade elaborado por africanos e por indígenas, durante milênios de história, sendo estes, os índios, os verdadeiros, e legítimos desbravadores do território brasileiro.

Um ponto importante que podemos trazer para nosso estudo é a autonegação do negro, e a aceitação ou a assimilação da cultura branca, junto com uma visão branca, trazida pela democracia racial, de uma falta de responsabilidade de pensar a questão do negro e seu legado cultural. Estes fatores contribuíram, e contribuem, de forma direta para que demandas sociais que envolvam tradições trazidas de África, sejam esquecidas, ou tratadas como postulações menores. Como um negro que não se conhece como negro, que não conhece seu passado, que está embebido de tradições eurocêntricas, considerará discutir no espaço escolar a religiosidade afro-brasileira e africana.

Para jogar uma luz sobre o nosso nebuloso passado e resgatar, tradições, culturas, cosmovisões, afro-brasileira e indígena, que há muito não tinham o valor devido, e que a partir do final dos anos 80, do século passado, impulsionados pela constituição de 1988, que governo brasileiro vai elaborar políticas públicas que nortearam, entre outros pontos, a importância do legado negro para a História, a

identidade, e a construção do sujeito brasileiro. Políticas Públicas, que vamos discorrer neste momento do trabalho.

3 – POLITICAS PUBLICAS, RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA E ESCOLA:

163

O governo brasileiro a partir da década de 90, do século XX, e início do século XXI, motivados por cobranças da sociedade civil, encabeçadas pelos vários movimentos negros, que a décadas cobram do governo, um olhar diferente às tradições e a própria condição do negro na sociedade, criou políticas públicas educacionais que visavam alterar o status de esquecimentos, silêncios, racismos, preconceitos e discriminações, com relação a cultura africana e afro-brasileira. Os principais projetos homologados pelo governo brasileiro, com este propósito, foram: os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), a lei 10639/2003.

3.1 – PCN (PARAMETRO CURRICULAR NACIONAL):

Os PCNs, aprovados pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, buscando, uma democratização do conhecimento escolar, tematiza a educação brasileira em 5 eixos transversais: Diversidade cultural, ética, saúde, sexualidade e meio ambiente (PCN – 1996, pg. 41). No que tange ao eixo temático, diversidade cultural, abriu margem para a escola trabalhar temas relativos a uma pluralidade cultural, ou seja, tratar de temas há muito excluídos dos currículos escolares nacionais. Temas como; cultura afro-brasileira, cultura indígena, cultura ítalo-brasileira, nipo-brasileira etc. Estes, começaram a fazer parte do cotidiano de alunos e professores em todo território nacional, não excluindo, a religiosidade afro-brasileira.

O texto dos parâmetros curriculares nacionais, que trabalha o eixo temático pluralidade ou diversidade cultural é enfático em salientar qual o papel da escola dentro do contexto eurocêntrico instalado no Brasil com a vinda dos portugueses em 1500, e que perpassou por quase toda história nacional, incólume. Contexto, que exclui por sua vez, contribuições histórico-culturais de outras etnias, como a africana

e a indígenas, que fazem parte, junto com as tradições europeia, do pilar estrutural da nossa identidade.

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade.

Nesse sentido, a escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes. O trabalho com Pluralidade Cultural se dá a cada instante, exige que a escola alimente uma “Cultura da Paz”, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada por todos os brasileiros. O aprendizado não ocorrerá por discursos, e sim num cotidiano em que uns não sejam “mais diferentes” do que os outros. (PCN – 1996, pag. 117)

O texto acima, retirado dos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos informa que a escola tem como grande desafio reconhecer o diversidade, a pluralidade como parte inseparável da identidade nacional. Entender o outro, nas suas várias perspectiva existenciais, e a religiosidade é uma delas, torna-se uma alavanca para produzir cidadãos tolerantes, conscientes do seu horizonte social, munidos de pluralidade e diversidade, respeitando assim, as diferenças. Este papel social da escola, uma escola integracionista, é que objetiva todo projeto articulado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e principalmente, o eixo temático pluralidade ou diversidade cultural.

Um resumo feito pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, que discorre sobre os parâmetros curriculares do ensino em questão, nos esclarece qual o papel da escola e também deste, no tocante as várias culturas que formaram o plural Brasil, e como estas, contribuem para uma cidadania plena.

À escola compete prover os educandos de oportunidades de se tornarem capazes de entender os momentos específicos das diversas

culturas, cujo substrato religioso colabora no aprofundamento para autêntica cidadania. E, como nenhum conhecimento teórico sozinho não explica completamente o processo humano, é o diálogo entre eles que possibilita construir explicações e referenciais, que escapam do uso ideológico, doutrinal ou catequético. Portanto, na escola o Ensino Religioso tem a função de garantir a todos os educandos a possibilidade deles estabelecerem diálogo. E, como o conhecimento religioso está no substrato cultural, o Ensino Religioso contribui para a vida coletiva dos educandos, na perspectiva unificadora que a expressão religiosa tem, de modo próprio e diverso, diante dos desafios e conflitos (Viesser – 2012, pag. 3)

Como bem relata o texto de Lizete Carmem Viesser, o ensino religioso em ambiente escolar, tem como objetivos, proporcionar o diálogo entre o corpo discente, e deste, com as outras esferas do conhecimento. Também nos afirma, que o substrato religioso colabora para uma autêntica cidadania, ou seja, o diálogo, o conhecimento, o contato com a religião do outro, pode causar transformações neste discente. Conhecer os vários mecanismos de construção cultural, por exemplo, das religiões africanas e afro-brasileiras, pode produzir cidadãos, mais abertos a empatia, a alteridade, possibilitando exercer uma cidadania completa, além de contribuir socialmente, para expurgar fenômenos racistas, preconceituosos e discriminatórios.

Se o pesquisador debruçar sobre documento elaborado pelo governo central (PCN) e destrinchar por inteiro, com atenção e discernimento vai perceber políticas públicas que seriam ideais para um contexto plural, democrático, sem máculas sociais e com sujeitos cidadãos. Contexto de um Brasil contemporâneo mais saudável, socialmente, culturalmente, politicamente e economicamente. Mas entretanto, a falta de preparo do corpo docente brasileiro e o alto grau de conservadorismo da sociedade brasileira, estagnou o projeto em questão. Nelson Fernando Inocência da Silva, nos elucida sobre o porquê do estagnar dos PCNs no país.

Porém, não há como garantir minimamente esta transição, na medida em que o texto dos PCN remete a uma sociedade com elevado nível de conservadorismo e que sequer compreende de modo amplo a urgência do estabelecimento de novos parâmetros em busca de uma

educação verdadeiramente plural. Os entraves decorrentes de nossa própria formação cultural acabam por permitir uma espécie de dissimulação por parte dos educadores na aplicação dos conteúdos conforme estipulados atualmente pelo Estado (Silva – 2005, págs. 121 e 122).

3.2 – LEI 10639/2003:

Buscando uma maior possibilidade de discussão, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vai homologar a lei 10639/2003, com objetivo claro, de chegar às escolas de ensino fundamental, médio e universidades, o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, possibilitando assim, quebrar paradigmas preconceituosos e jogar uma luz na História de um continente e um povo, esquecidos durante séculos, pela sociedade e estudiosos de todo mundo. A lei 10639/2003, tem um cunho reparador à condição histórica do negro, e trabalha as relações étnico – raciais, como demonstra o parecer do CNE (Conselho, Nacional de Educação) nº 003/2004 de 10/03/2004. Desta forma, a elucidação de todo um mecanismo de pensamento construído no continente africano e transferido para o Brasil, na diáspora, acarretando no surgimento de uma cultura afro-brasileira, é obrigatório no ambiente escolar, tanto para alunos brancos quanto alunos negros, movimentando assim, o ideal de trabalho étnico-racial.

Este mecanismo cultural originário de África e reelaborado aqui em nosso território, deve ser trabalhado, na esfera pública, em suas várias vertentes. Uma das vertentes, que objetivo ser importante para a formação de cidadãos democráticos, é o debate sobre as religiões e as religiosidades africanas e afro-brasileiras em espaços escolares, claro, notadamente, sem fazer prosélitos e vilipêndios, ou com objetivo de conversão, mas com a finalidade de demonstrar a importância dessas para a construção da cultura e do sujeito histórico brasileiro, somando, como ferramenta, no combate a preconceitos e racismos contra os negros. Henrique Cunha Junior, no artigo; Candomblés: como abordar esta cultura na escola, nos elucida esta reflexão.

A escola não deve fazer proselitismo de nenhuma religião. Não deve fazer propaganda religiosa visando a afirmação de uma ou outra religião ou a conversão de pessoas. Neste sentido, falar de Umbanda e Candomblés nas escolas deve ser na direção do esclarecimento sobre a importância destas na cultura brasileira e também no sentido de combater os preconceitos e racismos contra a população e a cultura negra. (Cunha Junior – 2009, pag. 98)

O parecer do CNE nº 003/2004, que regulamenta as orientações da lei 10639/2003, vai servir como norte à instituições, gestores, professores, alunos e a sociedade escolar em geral, para que todos, em união, consigam colocar em prática as postulações da referida lei. Com relação as questões introdutórias

O parecer busca oferecer respostas na área de educação a demanda afrodescendente, no sentido de políticas públicas de ações afirmativas, isto é políticas de reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade negra (CNE – 2004, pag. 2).

O texto também nos esclarece:

Que tais políticas tem como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestações com autonomia individual e coletiva, e seus pensamentos. Manifesta, que tais políticas, têm também como meta, o direito dos negros, assim como todos os cidadão brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino em escolas devidamente instaladas e equipadas, com professores qualificados para o ensino das relações étnico-raciais, que os possibilitam lidar com as tensas relações produzidas por racismos e discriminações, objetivando uma educação de qualidade para todos, assim como o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos (CNE – 2004, págs. 2 e 3)

Podemos discorrer, após leitura dos principais pontos introdutórios do parecer, que a escola, ambiente plural, salutar para relações sociais, tem por determinação

oferecer discussões à cerca de todo um passado negro, maculado pela escravidão, e por ideologias que os inferiorizaram socialmente, economicamente, culturalmente, politicamente e psicologicamente, proporcionando, termos um clarear geral da condição negra em território brasileiro, e as relações desta etnia, com as outras que formam a estrutura étnica do país – europeia, indígena, asiática.

No que tange a religião e a religiosidade afro-brasileira e africana, a escola deve sim considerar trabalhar, e falar, sobre temas associados a esta esfera de conhecimento, pois ela, faz parte de toda cosmovisão elaborada pelos negros africanos e afro-brasileiros, e porquê também, como retrata Henrique Cunha Junior, é constitucional.

As perseguições e a imposição de silêncio (não falar delas) sobre as religiões de base africana são contrárias aos princípios da constituição brasileira e também ao respeito aos direitos humanos que preveem a liberdade de opinião e expressão religiosa. (Cunha Junior – 2009, pag. 97)

Mas este tratar ou falar, deve ser com o intuito de elevação do conhecimento, de sair do senso comum, senso comum, que muitas vezes favorece o surgimento de racismos e preconceitos. A alteridade, a empatia à visão de mundo do outro, passa por uma escola democrática, plural, cidadã e preparada para o processo cognitivo étnico-racial.

A lei 10639/2003, tem um viés político de, reparação, reconhecimento e valorização da cultura africana e afro – brasileira, e da situação negra na contemporaneidade.

O que implica reparar? Tendo como base o parecer de 2004:

Reparar é produzir medidas que ressarci aos negros, por danos psicológicos, matérias, sociais, políticos e educacionais no período de escravidão e pós escravidão. Reparar é o incentivo por parte do Estado produzindo políticas públicas de reparação no que cumpre ao

artigo 205³ da constituição nacional, que assinala o dever do Estado de garantir distintivamente por meio da educação, iguais direitos de pleno desenvolvimento de todos, e de cada um enquanto pessoa, cidadão, profissional. Reparar é produzir políticas públicas voltadas para educação do negro, devem oferecer garantias a essa população de ingresso e permanência, sucesso na adequação escolar, de valorização do patrimônio histórico, de aquisição das competências e dos conhecimentos indispensáveis para continuidade dos estudos. (CNE – 2004, pág. 3)

O que implica reconhecer?

Reconhecimento implica requerer adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, afim de superar a desigualdade étnico-raciais presente na educação escolar nos vários níveis de ensino. Exigem que questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualifiquem negros salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que veladas ou explicitamente violentas, expressem sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de um sociedade hierárquica e desigual. Reconhecer e divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeadas pelos africanos escravizados no Brasil, e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais e coletivas. Assegurar a valorização e respeito às pessoas negras e sua descendência africana e sua cultura e história. Significa buscar entender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de matriz africana. Implica criar condições para os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude de cor da sua pele, menosprezados em virtude de suas antepassados terem explorados como escravos, não sejam desencorajados de

³ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

prosseguir seus estudos, de estudar questões que dizem respeito a comunidade negra. Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino, frequentados em sua maioria por população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relaciona-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação (CNE – 2004 págs. 3 e 4).

O que implica valorizar? Tomar conhecimento de todas as políticas públicas e aplica-las no seu interim, fazendo a tão benéfica lei para comunidade afro-brasileira, sair do papel.

Finalizando, a lei 10639/2003, busca, contudo, uma educação que enfatize a contribuição histórica do negro, para o processo de construção de uma identidade brasileira, não esquecendo, que o aparato mental afro-brasileiro, incluído sua religiosidade, é basilar e central para estruturar esta identidade. Daí a importância de se investir numa educação emancipadora, capacitante, principalmente no tange a áreas das humanidades, áreas onde as discussões são mais afloradas, que tem o poder através de um entendimento, de direcionar o discente para uma vivencia plural, empática, com alteridade, sem reproduzir, com a muito tempo acontece as ideologias que construíram um Brasil altamente desigual e preconceituoso.

4 – IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE AFRO – BRASILEIRA NA ESCOLA, E COMO TRABALHAR TAIS TEMATICAS NESTE ESPAÇO:

Tendo estas informações podemos pensar qual a importância de estudar religiosidade afro-brasileira e africana na escola. O pesquisador Henrique Cunha Junior, elenca quatro motivos para trabalhar religiosidade afro-brasileira no espaço escolar. O primeiro motivo se refere a informação sobre a cultura dos povos de determinadas religiões. O segundo, está relacionado ao estudo da História brasileira, onde estas religiões foram parte importante da identidade dos africanos e descendentes. Seguindo, Ele escreve sobre a difusão de conhecimentos que se tornaram inerentes a formação social do Brasil. Por fim, Henrique Cunha Junior,

coloca que estudar Candomblé, Umbanda, entre outras, é importante no combate a racismos contra as populações afrodescendentes e a cultura negra (Cunha Junior – 2009, págs. 98 e 99). As políticas públicas criadas, em fins do século passado e início deste, tem um papel importante para estes conhecimentos serem discutidos, trabalhados, e mantidos nos vários currículos escolares do Brasil, proporcionando formar cidadãos consciente, que possa ter discernimento com relação a sua realidade e adquirir uma formação de cunho étnico-racial.

Agora, como tratar das temáticas religião e religiosidade afro-brasileira dentro do espaço escolar? Alguns teóricos nos elucidam, pertinentemente, sobre o assunto. Henrique Cunha Junior, nos orienta que estas temáticas devem ser posta cognitivamente de forma respeitosa, não implicando a adesão a determinada religião, mas apenas consistindo em um aprendizado democrático e pluralista respeitando todas as formas de valores religiosos presente na sociedade. O pesquisador nos remete a constituição federal, dizendo que o não falar, desrespeita a liberdade de opinião e expressão, sendo que estas, não podem ser confundidas com pregação para conversão de pessoas. Ele, nos explana sobre laicidade do Estado brasileiro, sendo que o processo de ensino e aprendizagem deve se limitar a informação religiosa ao campo da cultura e da informação de base (Cunha Junior – 2009, págs. 97 e 98). Henrique Cunha Junior esclarece que a escola não deve fazer proselitismos de nenhuma religião visando a afirmação de uma ou outra religião ou conversão de pessoas (Cunha Junior – 2009, pág. 98).

Robert Daibert Júnior, no texto; Tambores na escola: desafios e perspectiva para as religiões Afro-brasileiras na sala de aula, vai nos apontar para o raciocínio da garantia simples de direito à visibilidade para todos os principais macro grupos ou o mesmo para as minorias religiosas (Daibert – 2010, pag. 210).

Neste sentido, entendidos como expressões culturais e indenitárias, os rituais, símbolos, musicas, e objetos ligados às religiões afro-brasileiras e às orientais, ao protestantismo, ao espiritismo, ao islamismo e ao judaísmo também deveriam ganhar espaço nas escolas públicas.

Nesta proposta hipotética, o caminho mais apropriado seria promover nas escolas eventos em que manifestações culturais das diversas

tradições religiosas fossem apresentadas. Desta forma adeptos das religiões afro-brasileiras deveriam tocar seus tambores nas escolas, estimulando os alunos a dançarem, baterem palma e a cantarem. Já os protestantes históricos deveriam apresentar seus tradicionais corais. Mais do que isto, os alunos deveriam ser estimulados a cantar juntos com este grupos e, quem sabe, vestir suas roupas típicas e tocar piano ou órgão.

Os pentecostais e católicos carismáticos poderiam apresentar suas bandas de música gospel ou músicas católicas envolvendo os alunos com seu habituais ritmos de rock, hip-hop, funk. (Daibert – 2010, págs. 210 e 211)

O professor Robert, propõe uma escola que seja plural, aberta a alteridade, onde todas a etnias, com suas várias determinações religiosas, possam conviver em harmonia, respeitando as diferenças, e ao mesmo tempo discutindo-as, para que ocorra um processo de ensino e aprendizagem profícuo, almejando a independência do aluno de paradigmas que aleija-o com relação ao processo cognitivo relacionado às relações étnico-raciais. As políticas públicas que discutimos neste trabalho de conclusão de curso, foram criadas, discutidas por vários órgão públicos, e aprovadas, com este fim, quebrar paradigmas eurocêntricos e levar a discussão o que ficou à margem da história por séculos, no caso a história e cultura afro-brasileira e africana e mais especificamente, a religião e religiosidade afro-brasileira e africana.

Vamos voltar ao dizer de minha supervisora “para seu bem, não toque em questões religiosas na sala de aula.” No caso, ficou bem nítido, que a religião que não deveria ser falada na sala de aula é a afro-brasileira. Este dizer foi explanado no ano de 2013, ou seja, dezessete anos depois da implementação dos PCNs, e dez anos mais tarde da homologação da lei 10639. Apesar de todo esforço do poder central brasileiro, que através de políticas públicas, se posiciona a favor, de minimizar a influência eurocêntrica cristã ocidental, junto com uma ideologia de democracia racial, que domina o ambiente escolar a cinco séculos, ainda não surtiram efeitos louváveis tais mecanismos contra aculturação. Este processo de mudança de mentalidade e demorado e dificultoso, mas com perseverança alcançaremos o objetivo.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante do exposto, conclui-se que o medo, que paira no ambiente escolar quando professores, de alguma forma, tentam lecionar aspecto da religiosidade afro-brasileira e africana, foi construído historicamente, por influência de uma mentalidade eurocêntrica cristã ocidental, que demoniza as várias vertentes religiosas negras, junto com ideologias que perpassaram todo o século XX e, chegou ao XXI com grande força, proclamando um branqueamento da população brasileira e uma democracia racial. Estas ideologias impedirão diretamente, discussões no lócus escolar, sobre a condição do negro na sociedade e seu legado histórico cultural, que segundo exposto no trabalho em questão, foi basilar para a construção de um sujeito autenticamente brasileiro, um sujeito plural, heterogêneo em termos culturais e totalmente sincrético em termos de religião.

Mediante esta situação o governo brasileiro vai perceber a necessidade de criar políticas públicas educacionais de reparação, para com os povos afrodescendente, políticas que incentivarão, ou mesmo obrigarão, toda a comunidade escolar brasileira a entrar em contato com a mentalidade construída em África, e transferida para o Brasil com a diáspora negra. A religiosidade afro-brasileira e africana, vai então aos poucos adentrar no espaço escolar, não com uma facilidade requerida nas políticas públicas, mas com bastante dificuldades, receios, e negações, principalmente por uma parte da sociedade que adota uma conduta conservadora e excludente, como podemos perceber nos acontecimentos políticos que afloraram com as eleições a presidente ocorridas em 2018.

Mas como bem elucida alguns teóricos, estas religiosidades, necessariamente, fazem parte do arcabouço mental brasileiro e, que a discussão em ambiente escolar é salutar e bem vinda. Contudo, temos que alguns cuidados na hora de refletir tais tradições. O professor não pode, em hipótese alguma, trabalhar religiosidade fazendo vilipêndios e prosélitos, tentar uma conversão, mas sim, demonstrar que dentro do espaço escolar todas as religiões são bem quistas, que o país perdura a laicidade, que todos podem conviver em paz e harmonia naquele espaço, fomentando a tolerância a amizade, a alteridade e a empatia entre os alunos.

Concluindo, o trabalho busca discorrer sobre estas possibilidades de se trabalhar religião na escola, e demonstrar o quão é importante o ensino das

religiosidade afro-brasileira e africana, não só, mas todos os aparatos religiosos que permeiam nossa contemporaneidade, neste espaço democrático de discussão.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial: Mito ou Ideologia**. Editora Vozes, Petrópolis RJ. 1987.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismos, preconceitos e discriminações na educação infantil**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2015.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Candomblés: como abordar esta cultura na escola**. Revista espaço acadêmico n. 102, nov. 2009

DAIBERT JUNIOR, Robert; PERREIRA, Edmilson de Almeida (orgs). **Depois do Atlântico**. Editora UFJF, Juiz de Fora MG, 2010.

DAIBERT JUNIOR, Robert. **Tambores na Escola: desafios e perspectiva para as religiões afro-brasileiras na sala de aula**.

MACEDO, Edir. **Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônio?** Rio de Janeiro, RJ: Editora Gráfica Universal, 2004.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. Editora Loyola, São Paulo SP, 2012.

OLIVA, Alfredo dos Santos. **A história do diabo no Brasil**. Fonte Editorial; São Paulo SP, 2007

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral. **A ideologia do branqueamento na sociedade brasileira**. Secretaria de estado da educação; Universidade Estadual do Norte do Paraná. Santo Antônio do Paraíso PR 2008.

PARECER DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE), Nº 003/2004 de 10/03/2004. www.portal.mec.gov.br/cne.

SAMPAIO, Daniel. **Voltei à escola**. Editorial Caminho. 1996.

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. Africanidade e religiosidade: uma possibilidade de abordagem sobre as sagradas matrizes africanas na escola. In. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei 10639/2003**. Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação continuada,

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira**. São Paulo, SP: Editora Ática, 2000.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Entre a gira de fé e Jesus de Nazaré. Relações socioculturais entre neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras. In: Da Silva, Vagner Gonçalves. **Intolerância religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso brasileiro**. São Paulo, SP: Edusp, 2007.

VIESSER, Lizete Carmem. Paper para 20º INTERCOM - GT Comunicação e Religiosidade – 2012.